Vereadores esperam compensação justa à Cidade com Tecon Santos 10

Termo de repasses ao Município por conta de impactos é feito pela Prefeitura, mas Câmara deve fiscalizar

TED SARTORI
DA REDAÇÃO

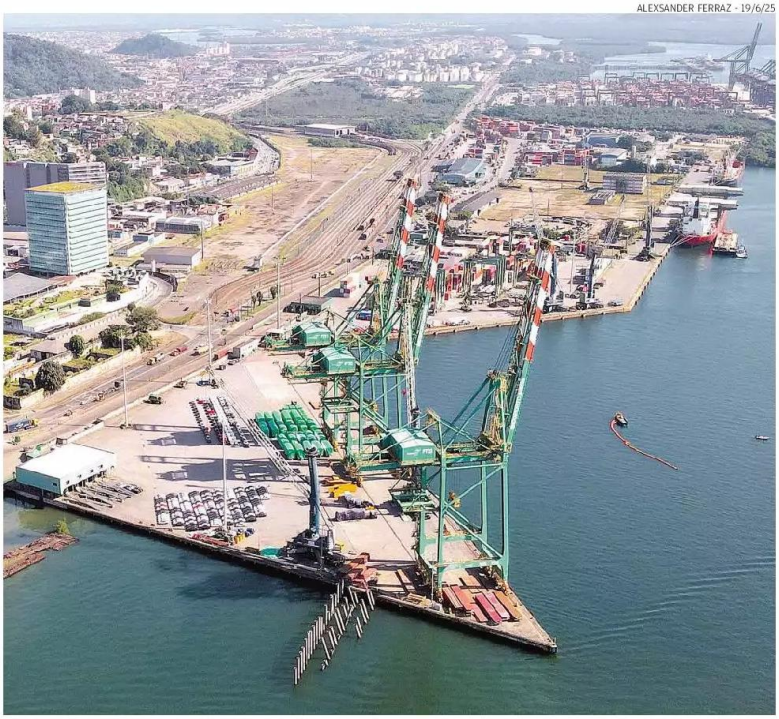
A futura arrendatária do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó (STS10), no Porto de Santos, precisará repassar uma quantia milionária à Prefeitura para compensar os impactos causados pelo empreendimento. O valor ainda será definido por estudos, mas os vereadores já cobram um retorno alto, devido à grandiosidade do ativo.

Para isso, a Administração Municipal deve assinar um Termo de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras e/ou Compensatórias (Trimmc) com a empresa responsável. O processo não passa pela Câmara, mas cabe aos parlamentares a fiscalização.

O presidente da Casa, Adilson Júnior (PP), projeta uma quantia substancial. "Seria razoável esperar um valor de R$ 200 milhões a R$ 500 milhões, que pode ser ainda maior se considerarmos grandes investimentos em mobilidade, acessos externos e sustentabilidade", afirma.

O presidente ainda ressalta os aspectos ambientais e sociais, visando à população que fica no raio de influência do projeto. "A implantação de projetos sociais, culturais e ambientais, com apoio à educação e saúde, além da criação de espaços públicos como parques ou áreas de convivência", acrescenta.

ALEXSANDER FERRAZ - 19/6/25



Maior terminal de contêineres da América do Sul ocupará 621,9 mil m² no cais do Saboó, na Margem Direita

O vereador Rui De Rosis Júnior (PL) acha que o termo precisa ser robusto, tecnicamente sólido e sem brechas legais que prejudiquem a Cidade. "O objetivo é reduzir, de fato, os impactos, sem agravar problemas urbanos antigos. É um empreendimento de enorme impacto sobre mobilidade, drenagem e meio ambiente, o Trimmc deve garantir equilíbrio entre desenvolvimento econômico e qualidade de vida para o santista", afirma. As contrapartidas, segundo De Rosis, devem ser aplicadas na área afetada. "Sem planejamento, até milhões viram pó", dispara.

O vereador Alisson Sales (PL) diz que o Trimmc precisa ser proporcional ao impacto. "São mais caminhões, mais movimento e mais pressão sobre os serviços. O dinheiro tem que ir para onde o impacto é maior: melhorar o trânsito e a mobilidade, investir em meio ambiente e infraestrutura".

Já o vereador Benedito Furtado (PSB) julga que a melhor destinação dos recursos seria para projetos como o Parque Palafitas, no Dique da Vila Gilda, na Zona Noroeste. "Precisamos acabar com esse cinturão de miséria que a Cidade tem e resolver o problema habitacional".

Presidente da Comissão de Assuntos Portuários, Marítimos, Indústria e Comércio da Câmara, o vereador Chico Nogueira (PT) afirma que os maiores beneficiados devem ser os que estão próximos do megaterminal. "Como nos bairros São Manoel, Piratininga, Alemoa, Saboó e até o Centro. Eles vão ser atingidos pelo grande número de mercadorias que vão entrar e sair do Porto", lista. "Acho que (o equivalente a) 20% dos investimentos que serão feitos ali é o patamar mínimo (que deve ser repassado à Prefeitura)".

Para o vice-presidente da mesma Comissão, vereador Zequinha Teixeira (PP), deve-se priorizar intervenções na infraestrutura urbana, além de medidas ambientais e de qualificação paisagística.

"É pertinente destinar recursos a projetos estruturantes de desenvolvimento ou renovação urbana, articulados ao Plano Diretor, por meio do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Município de Santos, preservando o vínculo territorial dos benefícios às áreas afetadas".

EIV será base para Prefeitura calcular valor

A Prefeitura de Santos informou, em nota, que a assinatura do Trimmc envolvendo o Tecon Santos 10 ocorrerá após a aprovação do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV). Ele é previsto no Estatuto das Cidades e regulamentado pela Lei Complementar Municipal 793/2013, que avalia de forma técnica os impactos diretos e indiretos do empreendimento.

"A análise do EIV é conduzida pela Comissão Municipal de Análise de Impacto de Vizinhança (Comaiv), composta por técnicos representantes de órgãos da administração direta e indireta, que emitem o Parecer Técnico (PTIV) antes de qualquer aprovação", explica.

No último domingo, em matéria de *A Tribuna*, o prefeito Rogério Santos (Republicanos) explicou que, a partir do relatório gerado pelo EIV, é que a Prefeitura vai propor as ações mitigatórias e compensatórias. "Provavelmente serão ações focadas em questões de drenagem, de acesso, além de contrapartidas sociais para atender também à população".

A Administração disse que o processo é conduzido com transparência, garantindo que EIVs, pareceres e termos firmados sejam consultados pela sociedade. "Por se tratar de um procedimento técnico, a Prefeitura não antecipa valores", afirma. (TS)